

EDITORIAL

O Curso de Economia FAE Centro Universitário apresenta o conteúdo do periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, relativo a abril de 2019. Além das seções fixas do Panorama Econômico e dos Indicadores, o presente número hospeda três textos que cobrem a conjuntura política e econômica do país.

O primeiro artigo reúne breve análise a respeito da rápida e acentuada deterioração do apoio popular ao governo do presidente Jair Bolsonaro, constatada por sondagens de opinião realizadas pelo Ibope.

A segunda incursão engloba um apanhado das diretrizes econômicas, bastante confusas e superficiais, defendidas pelo ministro Paulo Guedes em entrevista recente concedida a um veículo de comunicação de circulação nacional.

Por fim, a terceira reflexão descreve os aspectos explicativos da tímida e morosa reação do mercado de trabalho brasileiro.

Ótima leitura a todos.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

O DESGASTE PRECOCE DO NOVO GOVERNO

Gilmar Mendes Lourenço

Em menos de um trimestre de mandato, o presidente da república, Jair Bolsonaro, exibiu a pior avaliação para um chefe de estado em princípio de gestão em 25 anos, contrastando com a “lua de mel” com a população que costuma caracterizar tais períodos.

De acordo com pesquisa do Ibope, a aprovação da coletividade ao governo Bolsonaro, expressa na obtenção dos conceitos bom e ótimo na investigação qualitativa, despencou de 49,0%, em janeiro de 2019, para 39,0%, em fevereiro, e 34,0%, em março.

Considerando igual intervalo de comando de mandatários anteriores, Bolsonaro ostenta melhor desempenho apenas que o de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, quando a nação mergulhou em um pântano econômico, em face dos reflexos das alterações no regime cambial, depois das eleições de 1998, e o de Dilma, em 2015, ocasião em que a intensificação da contração das transações decorreu do populismo intervencionista embutido na (des) orientação macroeconômica e dos efeitos concretos do estelionato eleitoral de 2014.

A matriz explicativa do abrupto declínio da confiança das pessoas consultadas na nova gerência da nação, abarcando ações e inações, repousa em cinco vetores de embarços. O primeiro deles corresponde ao sentimento generalizado de ausência de um projeto abrangente e consistente de nação que possa assegurar o delineamento de cenários prospectivos, com a definição dos ganhadores e perdedores diretos de uma nova etapa de desenvolvimento.

O segundo compreende os equívocos caseiros, plantados especialmente nas hostes palacianas, que, na falta de frações de oposições fortemente organizadas e providas de diagnósticos e propostas objetivas, podem ser sintetizados na carência de coesão interna, com a interferência direta de múltiplas e desarticuladas correntes, incluindo a “filhocracia”.

O terceiro eixo de dificuldades engloba o diminuto aprendizado e experiência política, comprovado pela trajetória desprovida de relevância na atuação parlamentar do atual presidente - quase sempre empenhado em carregar interesses corporativos - e, o que é pior, a escolha de auxiliares fracos, espalhafatosos e com pouco traquejo para a condução e acertos de assuntos relevantes com o legislativo, notadamente a agenda de reformas.

O quarto constrangimento, ligado ao anterior, reside na frágil e/ou desarticulada base parlamentar, formada por deputados de diferentes origens, eleitos sem portar bandeiras reformistas, avessos a apelos patrióticos e sedentos pelo regresso do fisiologismo ou o “toma lá dá cá” de verbas e vagas nas negociações para aprovação de projetos de distintos significados, inclusive pautas com diminuto grau de controvérsias.

Tal perspectiva contrasta com (e coloca em xeque) a retórica de êxito no ciclo eleitoral desatrelado de alianças com partidos de maior envergadura, montagem da equipe ministerial sem tratativas de escoras no parlamento e, mais que isso, busca de construção de espaço político com ferramentas pesadas e posturas agressivas.

A propósito disso, o maior solavanco foi produzido pelas querelas entre lideranças do executivo e legislativo, especificamente o clã Bolsonaro e o presidente da câmara, Rodrigo Maia, peça chave na tarefa de aprovação das mudanças institucionais em curso e outras a serem enviadas ao congresso, que teria qualificado o governo de vazio, desfalcado de ideias e proposições.

O quinto aspecto adverso reúne as confusas e limitadas diretrizes econômicas, centradas em complexa e discutível proposta de reforma das regras de aposentadorias e pensões de servidores públicos e empregados formais da iniciativa privada, baseada na supressão de privilégios e ampliação do tempo de contribuição, omitida durante o calendário eleitoral. Na ocorrência de razoável rejeição ao projeto, o próprio mandatário tem enviado seguidas mensagens de não convencimento pleno a respeito de seu teor, ou,

no melhor dos mundos, um passo para frente e dois para trás.

O maior solavanco foi produzido pelas querelas entre lideranças do executivo e legislativo, especificamente o clã Bolsonaro e o presidente da câmara, Rodrigo Maia.

Ademais, a solução para a equação previdenciária terá resultado praticamente zero para os militares, contemplados com um plano de reestruturação de carreiras e cuja renúncia será inferior à dos tomadores de recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que imporá enormes sacrifícios à população idosa e pobre. Mesmo sendo responsável por 7,0% do buraco previdenciário, a categoria deverá colaborar com 1,0% da economia estimada em R\$ 1,07 trilhão em uma década.

Ainda no campo econômico emerge a tentativa de formulação de um novo pacto federativo, ancorado na devolução do protagonismo orçamentário à “classe” política; o aceno demasiadamente genérico acerca da ideia de simplificação do sistema de impostos, e a falta de contextualização e arranque do plano de privatizações que, no que se refere à concessão dos portos e aeroportos foi desenhada pela equipe do ex-presidente Michel Temer.

Por esses aspectos, percebe-se a ocorrência de um pecado original no procedimento de envio do bloco de reformas ao congresso, atestado na aposta cega na capacidade de a mexida previdenciária bloquear o aprofundamento do desequilíbrio das finanças públicas e promover a superação do quadro de estagnação da economia, que menospreza o peso de outras mutações essenciais para a melhoria do funcionamento da microeconomia.

Em outras palavras, o governo parece minimizar a percepção de que as modificações no esquema tributário seriam mais adequadas à recriação de um virtuoso ambiente de negócios e a retomada sustentada do crescimento, o que, pela via da recuperação do mercado de trabalho formal, contribuiria para o abrandamento do rombo das contas governamentais, especialmente as da previdência.

Decerto que a maximização da popularidade não deve representar o propósito central de administrações governamentais. Sem negligenciar a importância da conquista de elevados patamares de confiança junto à sociedade, é preciso lembrar que, não poucas vezes na história brasileira, governantes erguidos ao pódio dos estadistas efetuaram escolhas estratégicas impopulares, em curto termo, que só se seriam avaliadas acertadas tempos depois, inviabilizando até a colheita de frutos eleitorais.

Rigorosamente, ao preferir não descer do palanque e ficar preso às balburdias incitadoras de ânimos da militância digital, constituída por grupos de fervorosos defensores da cartilha ideológica apresentada nos vários estágios da campanha eleitoral, Bolsonaro transformou-se em permanente fonte de incertezas e tem abdicado da missão de governar para todos e, o que é mais grave, ignorado que sua vitória decorreu, primordialmente, da crescente insatisfação social com as enormes feridas provocadas por iniciativas erradas tomadas pelos comandantes do executivo que o antecederam.

Não por acidente, o Ibope captou acentuado decréscimo da confiança pessoal no presidente, que estava em 62,0%, em janeiro, e recuou para 55,0% e 49,0%, em fevereiro e março, respectivamente.

A solução para a equação previdenciária terá resultado praticamente zero para os militares.

AS DIRETRIZES ECONÔMICAS SUPERFICIAIS E CONFUSAS DE PAULO GUEDES

Gilmar Mendes Lourenço

A ausência de referências objetivas acerca da política econômica do governo Bolsonaro tem oportunizado a predominância de posturas cautelosas dos agentes, tanto na formulação de cenários quanto no exercício de escolhas estratégicas, o que vem prejudicando sobremaneira a superação do quadro de estagnação dos negócios e a deflagração de consistente recuperação.

Essencialmente, a julgar pelas mensagens transmitidas pelo titular da pasta da Economia, Paulo Guedes, exceto a proposta de reforma da previdência, encaminhada ao congresso em fevereiro de 2019, ainda persiste a tentativa de jogo para diferentes plateias por meio do anúncio de diretrizes gerais com diminuto grau de articulação.

O exemplo disso repousa na longa e confusa entrevista, concedida por Guedes a três profissionais do jornal O Estado de São Paulo, publicada em 10 de março de 2019, tendo sido o primeiro contato amplo realizado por aquela autoridade com um importante veículo de comunicação nacional. Sem a explicitação de um plano concatenado, o ministro acomodou-se como guerreiro acuado, arremessando flechas em todas as direções.

Com isso, assemelhou-se ao jogador de futebol Oséas, atacante de clubes de expressão no futebol brasileiro, que, em partida entre Corinthians e Palmeiras, acontecida em 1998, marcou um belo gol contra, pró Timão, fazendo o confronto encerrar empatado. Em outra peleja, acontecida em 2000, entre Internacional e Cruzeiro, o craque realizou proeza ainda maior, assinalando os dois gols do jogo: um contra e outro a favor. Não por acidente, esses episódios o tornaram popularmente conhecido como “o artilheiro de todas as torcidas”.

Em parte razoável do diálogo com os jornalistas do Estadão, o ministro sublinhou que a aprovação das modificações no aparato previdenciário constitui a grande prioridade fiscal da atual gestão, dado que a rubrica é a maior absorvedora de recursos orçamentários e responde por 60,0% das despesas da união.

Mais, apenas em 2019, sem incorporar estados e municípios, o sistema sugará R\$ 770 bilhões dos cofres públicos, pois evolui de maneira praticamente automática, em razão das rápidas e profundas transformações na pirâmide etária brasileira, marcadas pela expressiva ampliação do número de idosos, que recebem as aposentadorias e benefícios, e a diminuição do contingente de jovens, que bancam aqueles pagamentos com suas contribuições ao INSS, conforme define o regime de repartição desde o seu nascedouro.

Por isso, trata-se do principal fator de déficit das contas públicas e de multiplicação da dívida governamental que, presentemente, se aproxima de 80,0% do produto interno bruto (PIB) - quando considerado o peso da união, INSS e instâncias subnacionais -, e representa contínuo risco de absoluta paralisação do estado brasileiro.

Porém, o encaminhamento de solução para a equação previdenciária, que oportunizará corte de dispêndios pouco superior a R\$ 1 trilhão em uma década, exigirá, em vez da abertura de múltiplas frentes - algo demonstrado pelo ministro na conversa com a reportagem do jornal -, a aglutinação do conjunto de energias políticas em curto termo.

Nessa perspectiva, considerando que os impactos fiscais das alterações previdenciárias se farão sentir apenas em longo prazo, o bloco de reformas estruturais não deverá se restringir à mesma e acrescentar outros esforços relevantes, a respeito dos quais Guedes omite opiniões cruciais e/ou tropeça em argumentações.

A principal lacuna na lógica do ministro reside no reforço ao cumprimento do teto de constitucional para os gastos primários federais, englobando os três poderes, criado em 2017, ainda sob a batuta de Temer e Meirelles, que vincula a variação das despesas primárias anuais da união à inflação do exercício anterior.

De outra parte, o ministro reconheceu, ainda que de maneira velada, a natureza crucial da desindexação completa do aparelho econômico - por conta dos reduzidos patamares inflacionários prevaletentes no Brasil desde 2016 -, com ênfase para os itens orçamentários.

Em paralelo, Guedes ressaltou a necessidade de retirada das vinculações das receitas e das despesas obrigatórias (proporções fixas destinadas a um conjunto expressivo de itens, notadamente folha de salários, previdência, saúde, educação, subsídios, subvenções, abono salarial, seguro-desemprego e benefícios assistenciais) que, amparados em

lei, permitem sobras inferiores a 10,0% para a cobertura dos compromissos discricionários (investimentos e custeio da máquina), e representam a raiz da insolvência governamental nas três instâncias: governos federal, estaduais e municipais.

Para ele, a solução do imbróglio requereria um novo pacto federativo que se resumiria ao envio de uma emenda constitucional ao senado, que tramitaria ao mesmo tempo à da previdência, na câmara. Se aprovada, a providência propiciaria controle de 100,0% dos haveres orçamentários pela classe política brotada dos partidos, naquelas três esferas de poder.

Para piorar, lembre-se que os dois últimos entes (estados e municípios), igualmente presos a dispêndios de difícil compressão como previdência, assistência social e folha de salários do funcionalismo, não dispõe da prerrogativa de arremimentação de haveres com o lançamento de bônus.

Esse seria o plano B, significaria a restituição do comando orçamentário absoluto à classe política, nos moldes de regimes parlamentaristas, ou, para alguns, a transferência da responsabilidade de formulação e execução do desenho da peça de saídas fiscais ao legislativo.

A proposição foi mencionada pelo futuro ministro, de modo arrogante, em 2018, no caso de malogro da “prensa no legislativo” e do projeto da previdência, que sob o pretexto de dar leveza ao gerenciamento das finanças públicas, se reproduziria em perdão dos pecados fiscais e financeiros pretéritos (malversação de recursos e corrupção) sem a imposição de maiores penitências, notadamente aos governadores.

Diga-se de passagem, que a prepotência do chairman da economia ficou evidente quando, por ocasião da solenidade de posse da presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Susana Cordeiro Guerra, sugeriu a complementação da cobertura financeira do Censo 2020 com a venda de imóveis da instituição e a mutilação de cerca de 90,0% dos quesitos integrantes da pesquisa direta.

Guedes esqueceu que a desejada diminuição das vinculações carrega elevado grau de complexidade e risco.

No caso da incursão federativa, Guedes esqueceu que a desejada diminuição das vinculações carrega elevado grau de complexidade e risco, especialmente se, nas tratativas e condução legislativa do conteúdo da sugestão, as posturas ideológicas, simpáticas ao eleitorado, prevalecerem sobre o pragmatismo, atrelado a uma visão de longo prazo, materializado na construção de peças orçamentárias flexíveis aderentes à definição das prioridades econômicas e sociais, o que soa carente na retórica do ministro.

Amparado em um discurso vago, com a repetição do slogan “menos Brasília e mais Brasil”, o ministro despreza a existência de preceitos constitucionais que estabelecem transferências obrigatórias de verbas a regiões, estados e municípios, cuja derrubada depende da execução de um arranjo mais encorpado (PEC completa do Pacto Federativo), contendo a redefinição de funções e receitas que, por seu turno, brotariam de uma mutação nos mecanismos de arrecadação de impostos, taxas e contribuições, o que atropela o roteiro de Guedes, limitado à simplificação dos tributos.

Não há menção ao aperfeiçoamento funcional e à racionalização do sistema tributário, em fase com a premência de intensificação da inserção externa competitiva das empresas brasileiras, liderados pelo abrandamento da incidência indireta e em cascata, o que favoreceria o declínio da transferência de vultosas somas, para investimento e consumo, do segmento privado para a área pública.

O ministro também escapou de explicações claras a respeito do suprimento de receitas dos três níveis do governo pelo canal da reestruturação das empresas estatais, centrada na adoção de contemporâneos modelos de gestão, revisão de planos e programas, privatizações, desestatização do mercado de crédito e vendas de participações, imóveis e outros ativos.

Por esse prisma, é fácil notar flagrante desconhecimento oficial de que a experiência brasileira recente desabona o estabelecimento de uma sintonia fina entre venda de imóveis e melhora do caixa dos órgãos governamentais ou, no limite, concretização do ajuste fiscal, por meio do emprego dos haveres entrantes para reforço da troca dos regimes previdenciários, como tenciona Guedes.

A propósito, estatísticas da Caixa Econômica Federal (CEF) apontam que apenas 56 (9,2%) das 608 unidades pertencentes ao governo, alienadas no triênio 2016-2018, foram comercializadas, perfazendo ingressos de R\$ 150,3 milhões, provavelmente em decorrência das precárias condições de manutenção das propriedades ofertadas.

No tocante às privatizações, o comemorado leilão de concessão de doze terminais aeroportuários - localizados nas regiões norte, nordeste e centro-oeste e respondem por 9,5% da demanda doméstica -, que aconteceu no mês de março de 2019 e oportunizou arrecadação de R\$ 2,377 bilhões, com ágio de 986,0%, foi totalmente desenhado no governo Temer. Semelhante argumentação se aplica à transferência de quatro áreas localizadas nos portos de Cabedelo, na Paraíba, e Vitória, no Espírito Santo.

No final das contas, a manifestação contundente de Guedes de que a destinação do orçamento é missão dos políticos sugere – lúcida e humildemente – a necessidade de eficiente esforço de sincronização política para sustentar, com sucesso, a tramitação de duas PECs, em simultâneo, no congresso nacional, que – necessitam da aprovação de 3/5 dos deputados e senadores, em votações em dois turnos, nas duas casas -, como é natural, devem maximizar os apetites corporativos transmitidos pelos deputados e o desespero dos governadores das unidades em petição de miséria.

A derradeira pérola de superficialidade do ministro, na exposição ao Estadão, correspondeu ao aceno estrutural fincado em um “choque de reindustrialização com energia barata”, análogo ao programa de utilização do xisto, executado nos Estados Unidos. A iniciativa, envolvendo várias entidades governamentais, alguns estados e Petrobrás, e ancorada na derrubada do monopólio estatal na distribuição de gás e inversões privadas em transportes por dutos, ensejaria o recuo de 50,0% no custo de energia.

Nas palavras de Guedes, “é tanta coisa boa que tem que fico com pena do Brasil de ficar discutindo sexo dos anjos, ser tão pequenininho”¹. Contudo, como indagou o “gênio da bola” Mané Garrincha, ponteiro direito da seleção brasileira de futebol nas Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1966, ao treinador Vicente Feola, depois de detalhada apresentação da tática a ser empregada em partida contra a Rússia: “já combinaram com os Russos?”.

Na semana seguinte ao lançamento de mais este balão de ensaio, diante de incontáveis observações sobre a natureza precipitada do envio e andamento concomitante de duas propostas de enorme dimensão, o ministro recuou da intenção de delineamento do propalado novo federalismo fiscal.

*Outra pérola do ministro
correspondeu ao aceno
estrutural fincado em um
“choque de reindustrialização
com energia barata”, análogo
ao programa de utilização do
xisto, dos Estados Unidos.*

¹ FERNANDES, Adriana; FUCS, José; AGOSTINI, Renata. Os políticos têm de controlar 100% do orçamento. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 mar. 2019. Economia, p.B4.

VAGAROSA RETOMADA DA GERAÇÃO DE EMPREGOS

Gilmar Mendes Lourenço

O tranco proporcionado pela rodada de sucessivos cortes dos juros básicos, entre outubro de 2016 e maio de 2018, revelou-se insuficiente para recolocar a economia nacional no longo percurso rumo à expansão sustentada, evidenciando insuficiência de combustível ou, na hipótese mais provável, abastecimento em postos de terceira linha.

A resistência do desemprego em patamares elevados é o exemplo patético e prático disso, constituindo, inquestionavelmente, o efeito mais perverso da recessão de quase três anos que atingiu a economia do país, a partir de abril de 2014, e da medíocre recuperação, verificada no biênio 2017-2018, quando o produto interno bruto (PIB) cresceu apenas 2,2%.

Tanto é assim que, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, a desocupação vem subindo desde janeiro de 2019, chegando a 12,4% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre móvel findo em fevereiro. Em paralelo, o rendimento médio dos empregados exibiu ligeira ascensão, explicada pelo declínio da inflação e a menor remuneração recebida pela massa de desligados.

Na mesma linha de anomalias, a qualidade do emprego vem perenizando a faceta precária, caracterizada por fechamento de postos com carteira assinada e elevada proporção de geração de vagas no mercado informal e apreciável subutilização - desempregados à procura de trabalho, ocupados por horas insuficientes e desalentados -, o que resultou em 27,9 milhões de pessoas que estão praticamente à margem de um processo de consumo decente.

Decerto que a performance frustrante foi influenciada por um aspecto estacional, representado pela desaceleração do ritmo dos fluxos de produção e comercialização, acontecida no começo de 2019, expressa em demissões daqueles contratados em regime temporário, depois da maior movimentação de vendas atrelada às festas de natal e ano novo, em 2018.

Aliás, a retração da corrente de transações é uma peculiaridade de princípio de ano quando o funcionamento do organismo econômico depende quase que exclusivamente das encomendas do varejo à indústria para amparar a reposição técnica dos estoques desovados em dezembro.

No entanto, o princípio de 2019 contabilizou contração mais acentuada, por conta da repentina diminuição da confiança dos empregadores em relação ao futuro, depois da formação de um estágio de renovação das expectativas positivas produzidas pelo desfecho do episódio eleitoral de outubro de 2018, em favor de uma candidatura reformista.

Apenas para ilustrar, conforme sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o índice de confiança empresarial - que varia entre zero e duzentos pontos, sinalizando pessimismo quando abaixo de cem pontos - recuou de 104,0 pontos, em dezembro de 2018, para 96,8 pontos, em março do presente exercício.

Sem contar que outro estudo da FGV constatou que a produtividade da mão de obra, medida pela razão entre volume de produção e número de horas trabalhadas, encontra-se em igual nível experimentado em 2012 e inferior em 2,7% ao teto atingido na véspera do começo da depressão, no primeiro trimestre de 2014.

Ao fornecer instrumental para a interpretação desse tipo de evento menos animador, a ciência econômica enseja o desmanche dos “castelos de areia” de otimismo, erguidos por correntes oficiais e frações dos meios especializados e formadores de opinião, ao sentenciar a existência de razoável retardo temporal entre subida do ânimo privado, retomada do ciclo de negócios e abertura de postos de trabalho.

Nessa perspectiva, a despeito da adoção de uma adequada estratégia macroeconômica estilo “feijão com arroz”, ancorada no já mencionado recuo dos juros, acoplados à consistente redução das pressões inflacionárias, e a implantação de um pilar do ajuste fiscal, traduzido no estabelecimento de teto para a variação dos gastos primários da união, configurado na

Ao fornecer instrumental para a interpretação desse tipo de evento menos animador, a ciência econômica enseja o desmanche dos “castelos de areia” de otimismo.

inflação do ano antecedente, a gestão Temer revelou-se incapaz de criar alguns requisitos mínimos indispensáveis ao aparecimento de um circuito virtuoso para a ocorrência de sintonia fina entre regresso da credibilidade e acréscimo do volume de transações.

Isso se deveu à praticamente interrupção da tramitação do curso das reformas institucionais no congresso, imputada à *feitura do jogo pendular* da base parlamentar governista, a partir de maio de 2017, quando o mandatário foi impelido a negociar (ao preço de quase R\$ 50,0 bilhões) a permanência no cargo sem a submissão à investigação, por crime de corrupção passiva, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em seguida ao vazamento de áudio de conversa entre o chefe de estado e o presidente do grupo empresarial JBS.

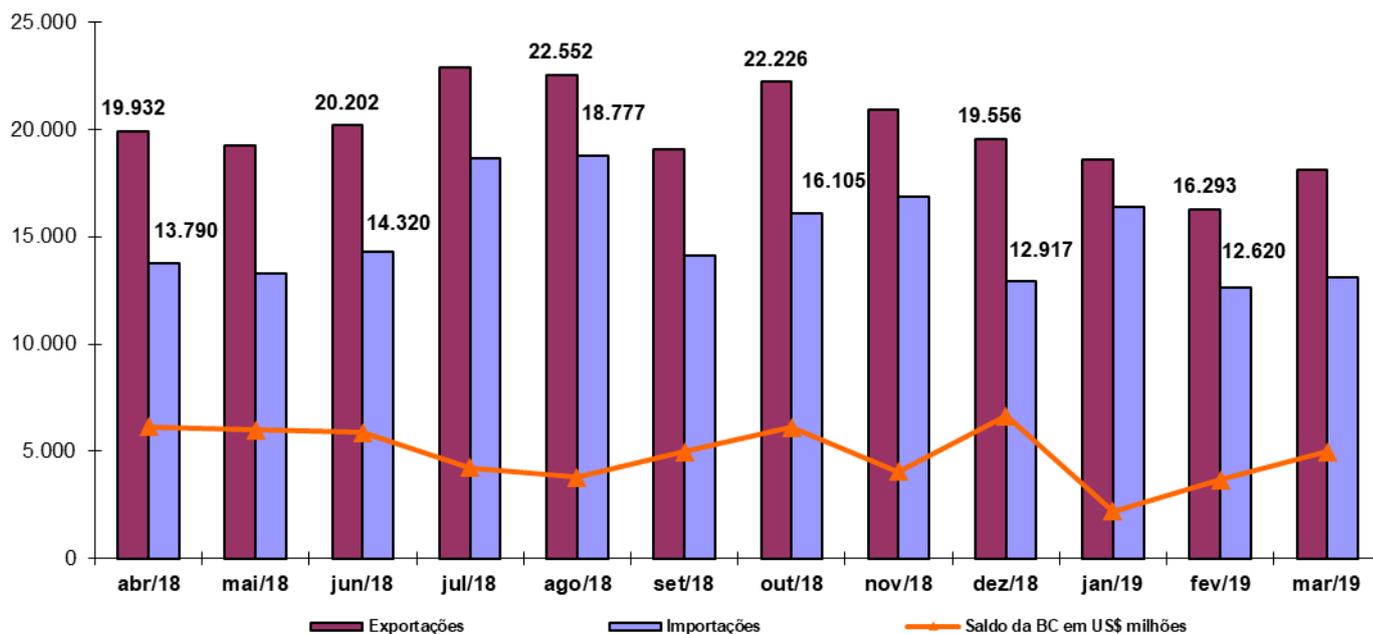
Por essa ordem de limitações, parece razoável argumentar acerca da necessidade de arregimentação de indiscutível capacidade técnica e enorme esforço de mobilização política, por parte do novo governo, na direção da aprovação do bloco de reformas que venha a comprimir o tamanho e devolver a eficiência ao aparelho de estado, aspectos imprescindíveis à oxigenação da microeconomia que, no final das contas, configura a grande frente de resgate do dinamismo dos níveis de atividade e, por consequência, disponibilização de oportunidades de emprego incrementais.

Comércio Internacional.

Balança Comercial Mensal (Março/2019) – MDIC

Fato

Em março de 2018, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 4,99 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 18,12 bilhões e *importações* de US\$ 13,13 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 31,25 bilhões no mês e US\$ 95,16 bilhões no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 10,89 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram crescimento de 17,1%, e as *importações* de 9,5%. Pelo mesmo critério, na comparação com março de 2018, houve recuo de 1,0% nas *exportações* e avanço de 5,1% nas *importações*.

A *corrente do comércio*, pela média diária, registrou crescimento de 1,5% com relação ao mesmo mês do ano anterior e de 13,8% na comparação com fevereiro 2019.

Em doze meses, às *exportações* cresceram 6,1%, as *importações* 13,8%, e a *corrente do comércio* 9,3%. Considerando o acumulado no ano, sobre o mesmo período do ano anterior, as *exportações* caíram 3,0%, as *importações* 0,7% e a *corrente do comércio* 2,0%.

Em março de 2019, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* cresceram 7,9%. Por outro lado, caíram as *exportações* de *manufaturados* 6,5% e a de *semimanufaturados* 0,5%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha. Pelo lado das *importações*, houve crescimento de 13,0% em *bens de capital*, 5,8% em *bens intermediários*, e de 1,6% em *bens de consumo*, enquanto caíram as compras de *combustíveis* e *lubrificantes* 0,5%. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coreia do Sul.

Consequências

O *setor exportador* segue apontando resultados positivos, porém inferiores ao do ano anterior, além do que uma nova onda de protecionismo mundial pode acabar prejudicando este desempenho.

Atividade

Produção Industrial Mensal (Janeiro/2019) – IBGE

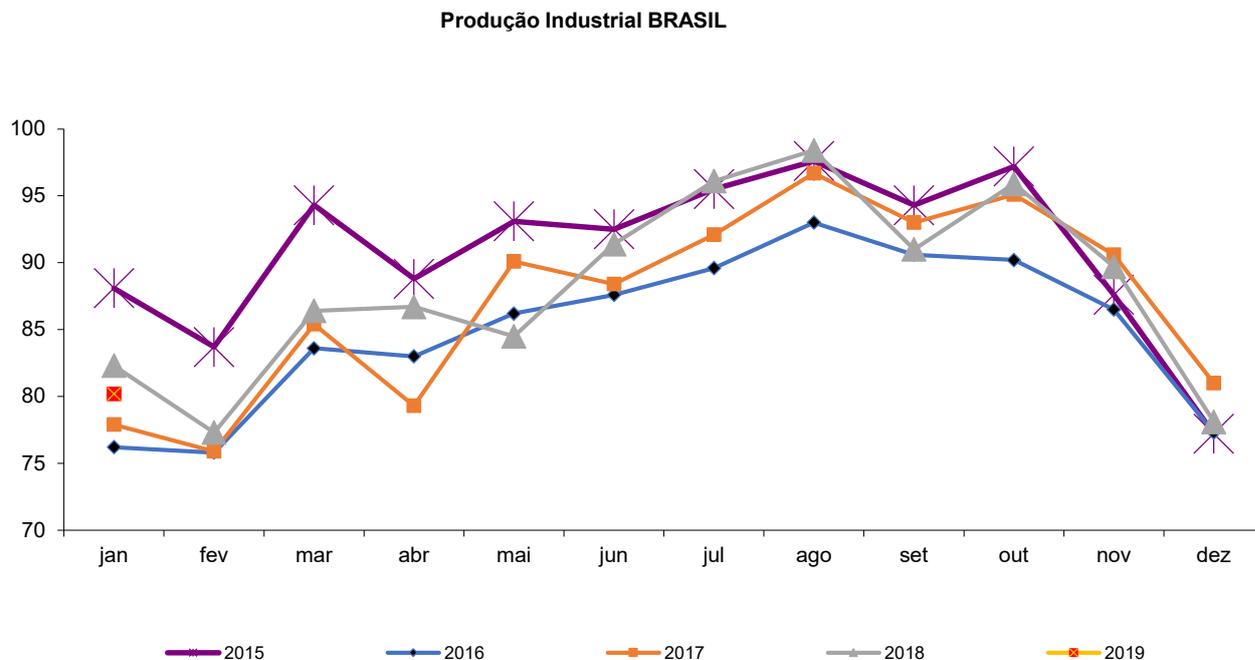
Fato

Em janeiro, a *produção industrial* mostrou recuo de 0,8% com relação ao mês anterior. Frente a janeiro de 2018, houve recuo de 2,60%. No acumulado dos últimos doze meses o crescimento foi de 0,5%.

Causa

Na comparação com o mês anterior, os *bens de capital* tiveram a maior queda, 3,0%, terceiro resultado negativo consecutivo, acumulando redução de 10,2% no período. Os segmentos de *bens de consumo semi e não-duráveis* e de *bens intermediários* também tiveram queda, 0,4% e 0,1%, respectivamente. Os *bens de consumo duráveis* aumentaram 0,5%, eliminando parte da perda de 5,2% acumulada nos dois últimos meses de 2018.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, todas as categorias de uso apresentaram queda. Os *bens de capital* tiveram recuo de 7,7%, os *bens de consumo duráveis*, 5,5%, os *bens de consumo semi e não-duráveis*, 2,9% e os *bens intermediários*, 1,3%.



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Conseqüência

Apesar da queda registrada no mês, para os próximos períodos o desempenho do *setor industrial* deve recuperar processo de lenta recuperação que ocorreu ao longo de 2018.

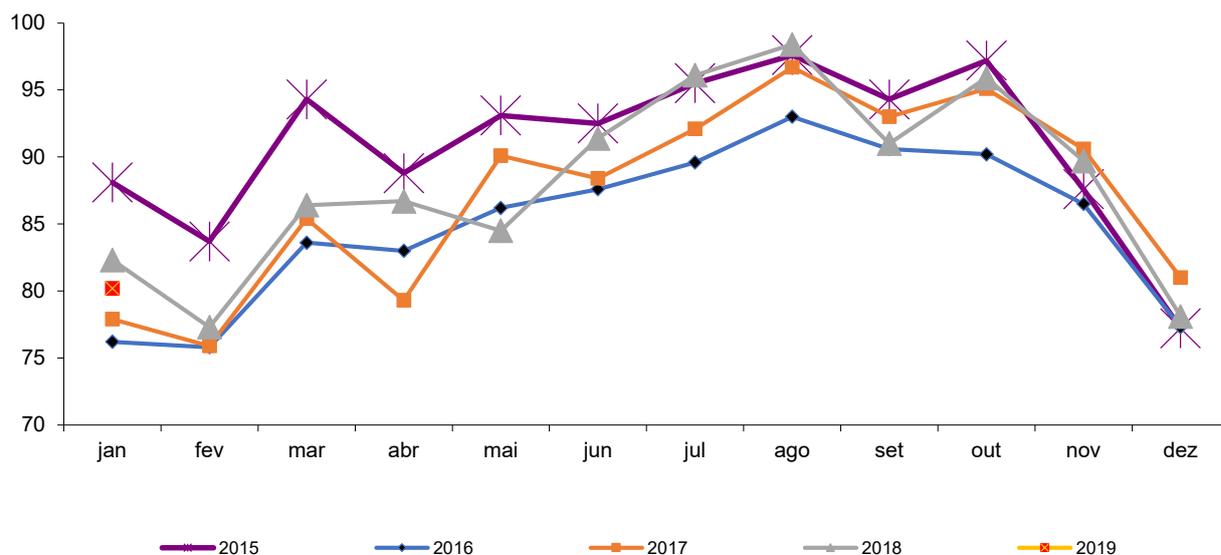
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Janeiro/2019) - IBGE

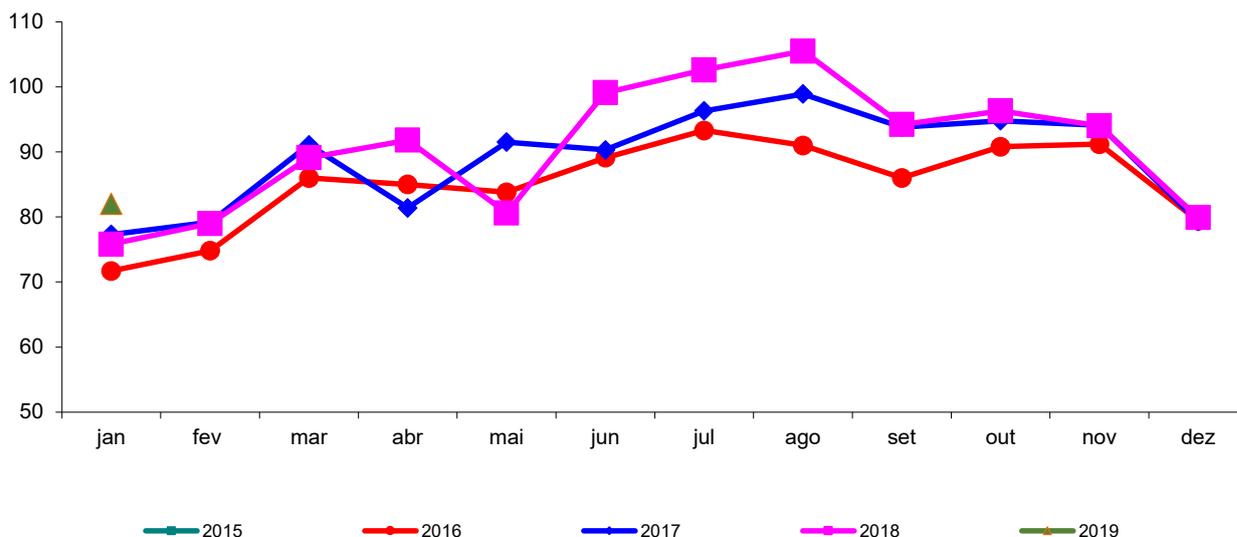
Fato

Entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019, a *produção industrial* caiu em seis dos quinze locais pesquisados e na comparação com janeiro de 2018, dez das quinze regiões pesquisadas registraram variação negativa. No acumulado dos últimos doze meses, sete locais apresentaram expansão na produção. No **Paraná**, frente ao mês anterior, a *produção industrial* apresentou expansão de 0,7%. Na comparação com janeiro de 2018 houve avanço de 8,1% e no acumulado em doze meses ocorreu avanço de 2,6%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que tiveram recuos foram: Mato Grosso, Espírito Santo, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. Os maiores avanços ocorreram no Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás e Pará. Na comparação com janeiro de 2018, as maiores quedas foram: Amazonas, Mato Grosso, Região Nordeste, Bahia e São Paulo. Os crescimentos ocorreram no **Paraná**, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, das treze atividades pesquisadas, cinco registraram recuo. Os maiores impactos negativos vieram de *produtos de madeira, móveis, produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos, bebidas e produtos alimentícios*. As principais variações positivas foram em *coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos e minerais não metálicos*.

Consequência

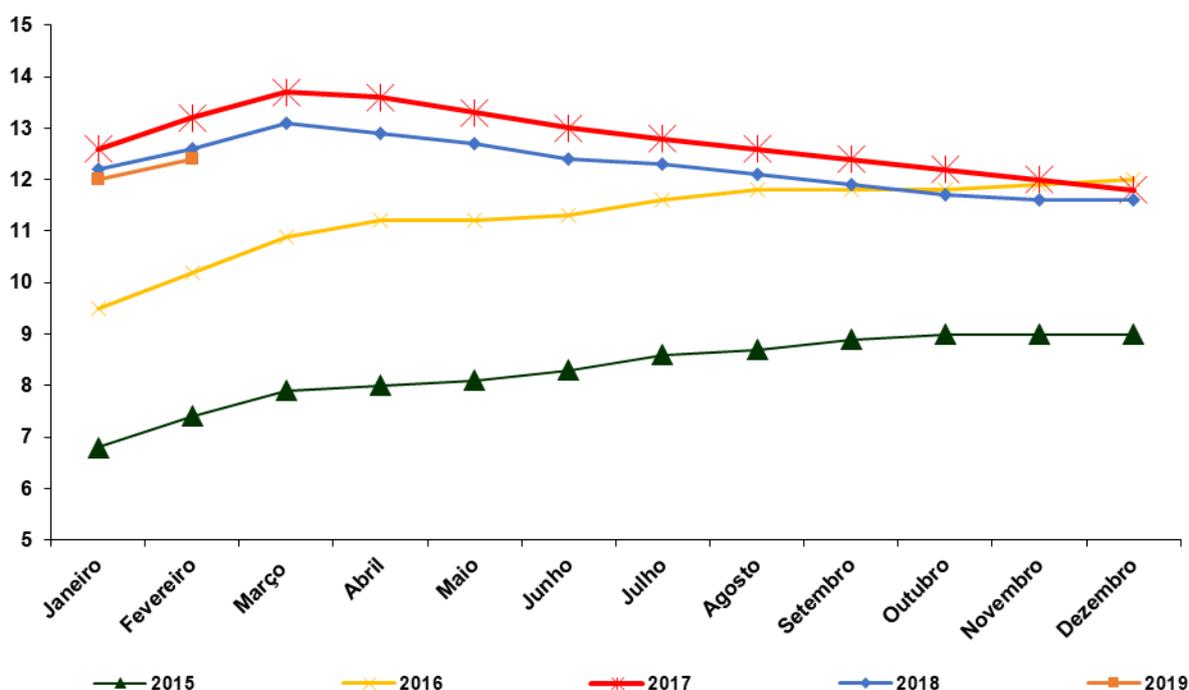
Diferentemente do que ocorreu no cenário nacional, em janeiro a *indústria paranaense* apresentou crescimento. No acumulado em doze meses apresentou forte crescimento, sinalizando a continuidade no processo de recuperação.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre encerrado em Fevereiro/2019) – IBGE

Fato

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* apontou, para o trimestre dezembro de 2018 a fevereiro de 2019, *taxa de desocupação* de 12,4%, com crescimento de 0,8 p.p. frente ao trimestre encerrado em novembro e recuo de 0,2 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de subutilização foi de 24,6%, 0,7 p.p. acima do trimestre encerrado em novembro e 0,4 p.p. maior do que o mesmo trimestre do ano anterior. O *rendimento médio real habitualmente recebido* ficou em R\$ 2.285, aumentando 1,6% frente ao trimestre encerrado em novembro e 0,7% na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro de 2018.



Fonte: IBGE

Causa

No trimestre encerrado em fevereiro, havia cerca de 13,1 milhões de *peças desocupadas*, 892 mil pessoas a mais em relação ao trimestre encerrado em novembro, portanto houve um acréscimo de 7,3%. Na comparação com o mesmo trimestre de 2018 houve estabilidade.

A massa de *rendimento médio real habitualmente recebido* em todos os trabalhos pelas peças ocupadas foi estimada em R\$ 205,4 bilhões, registrando estabilidade em ambas as comparações.

Consequência

Apesar de alguma recuperação na *atividade econômica* a *taxa de desemprego* ainda segue em patamar elevado, existindo alguma sinalização de melhora, para os próximos períodos, porém sem grande intensidade.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Fevereiro/2019) – IBGE

Fato

O *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* apontou para uma *produção* de 228,8 milhões de toneladas em 2019, 1,0% superior à *produção* obtida no ano de 2018.

Causa

As produções de *arroz milho* e *soja*, que correspondem a 87,3% da área plantada e 93,3% do total da produção, apontaram para as seguintes projeções de quedas na produção de *soja* 3,8% e de *arroz*, 10,9%. Para o *milho* a expectativa é de crescimento de 9,8%. O *levantamento sistemático da produção agrícola*, na comparação da estimativa de 2019 em relação à produção obtida em 2018 registrou variação positiva para onze dos vinte e sete produtos pesquisados: *algodão herbáceo*

em caroço, batata-inglesa 1ª e 2ª safras, café em grão – canephora, feijão em grão 2ª e 3ª safras, mandioca, milho em grão 1ª e 2ª safras, sorgo em grão e tomate.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: amendoim em casca 1ª e 2ª safras, arroz em casca, aveia em grão, batata-inglesa 3ª safra, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, cana-de-açúcar, cevada em grão, cebola, feijão em grão 1ª safra, laranja, mamona em baga, soja em grão, trigo em grão, triticale em grão e uva.

A distribuição regional da safra ficou da seguinte forma: Centro-Oeste, 44,4%, Região Sul, 33,4%, Sudeste, 10,1%, Nordeste, 8,2% e Norte, 3,9%.

Consequência

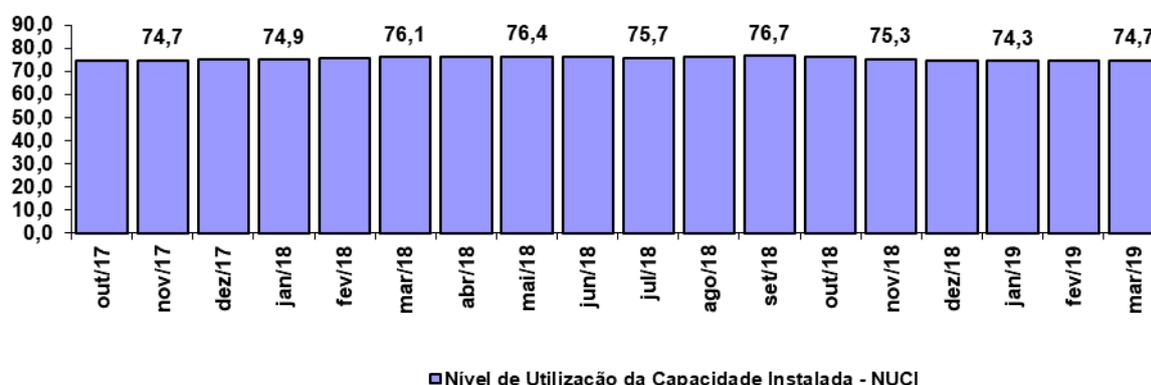
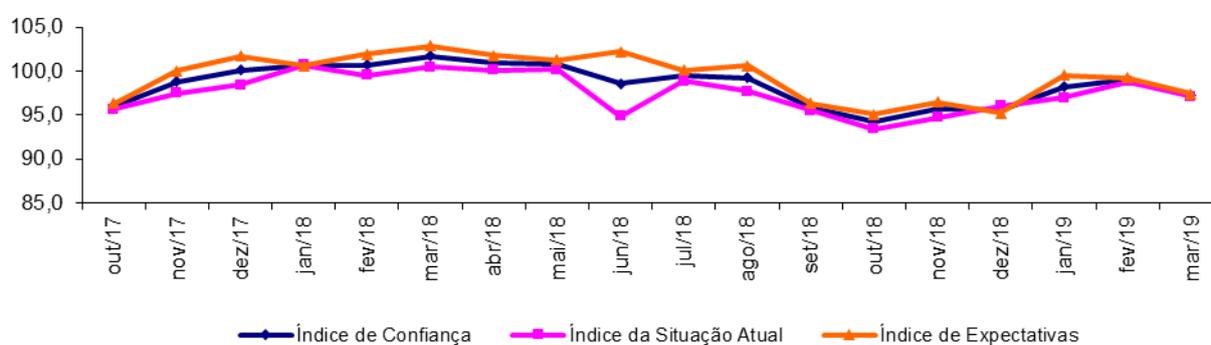
O prognóstico apresenta em 2019 uma produção superior a de 2018, todavia, o resultado final pode se modificar ao longo do ano afetado por questões climáticas e pluviométricas.

Atividade

Sondagem da Indústria (Março/2018) – FGV

Fato

Na passagem de fevereiro para março, o Índice de Confiança da Indústria recuou 1,8 ponto, passando de 99,0 para 97,2 pontos, o menor nível desde dezembro passado. Com relação ao mês anterior o Índice da Situação Atual teve queda de 1,7 ponto, chegando a 97,1 pontos. O Índice de Expectativas apresentou redução de 1,8 ponto, passando de 99,2 para 97,4 pontos. A utilização da capacidade instalada ficou estável em 74,7%.



Fonte: FGV

Causa

No índice pertinente a situação atual – ISA, a percepção com relação ao nível de demanda, exerceu a maior contribuição negativa para o índice, com queda de 1,5 p.p. na proporção de empresas que consideram a demanda como forte, chegando a 8,6%, e avanço de 2,2 p.p. na parcela que o consideram como fraco, atingindo 20,5%.

No que tange ao Índice das Expectativas - IE, a maior contribuição para a piora veio das expectativas com relação à evolução do ambiente de negócios nos meses seguintes, que caiu 3,7 pontos, chegando a 100,6 pontos. Ocorrendo queda de 7,1 p.p. na percentual de empresas que preveem melhora nos negócios, chegando a 40,5% e crescimento de 3,7 p.p. nas que acreditam em piora o quadro, atingindo 10,5%.

Consequência

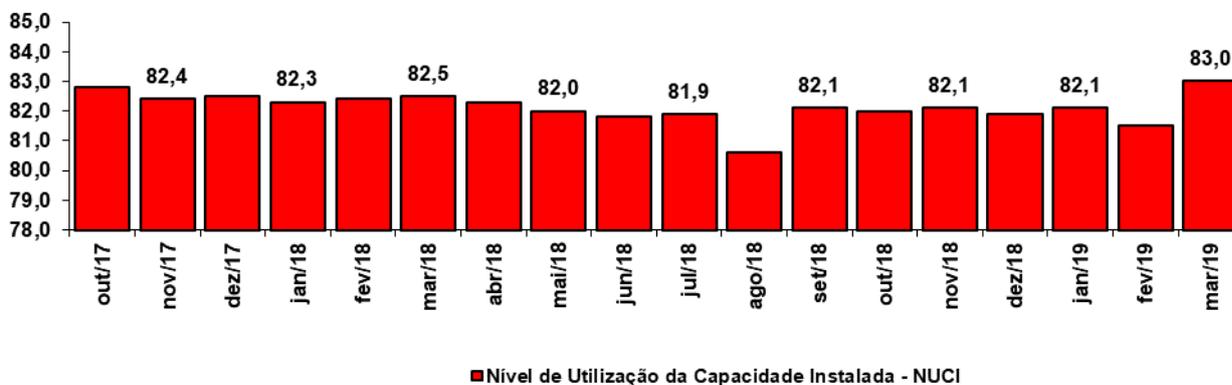
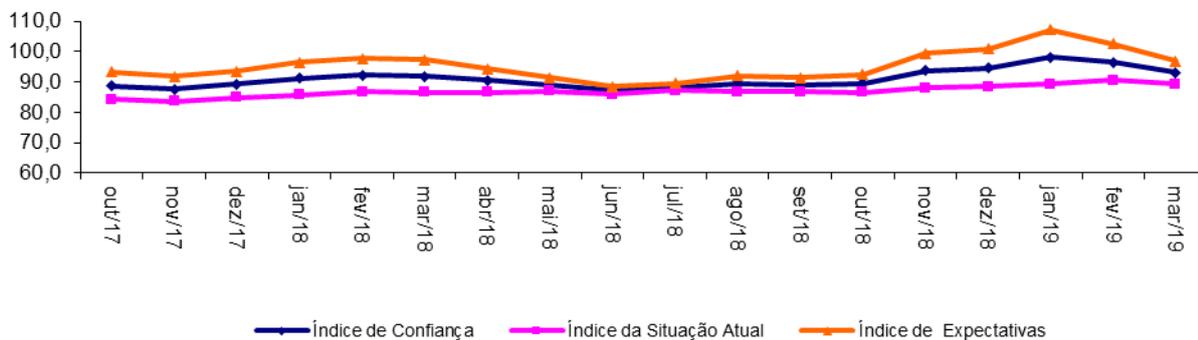
Apesar da forte queda no mês a tendência ainda é de recuperação, existindo o risco de sobressaltos que podem contaminar o setor.

Atividade

Sondagem de Serviços (Março/2019) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* recuou 3,5 pontos entre fevereiro e março, passando de 96,5 para 93,0 pontos, o menor valor desde outubro de 2018. O *Índice da Situação Atual – ISA* diminuiu 1,3 ponto, passando de 90,6 para 89,3 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* caiu 5,7 pontos, atingindo 96,9 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI* houve avanço de 1,5 p.p., atingindo 83,0%.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, os dois indicadores recuaram em março, o *volume de demanda atual* caiu 0,9 ponto para 89,2 pontos e o da *situação atual dos negócios* 1,7 ponto, chegando a 89,4 pontos. Nas *expectativas*, houve retração de 5,8 pontos no indicador que mede a evolução da *demandada prevista* e de 5,7 pontos no que mede a *tendência dos negócios nos próximos seis meses*, chegando a 94,9 e 98,8 pontos respectivamente.

Consequência

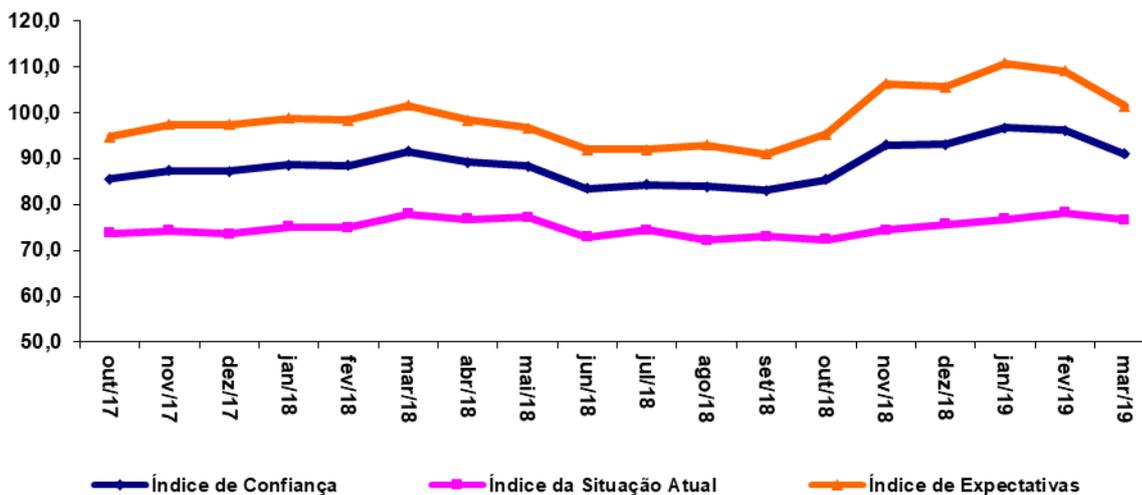
No mês o movimento aponta para acomodação e ajuste das expectativas. Para os próximos meses o setor deve seguir em trajetória lenta de recuperação.

Atividade

Sondagem do Consumidor (Março/2019) – FGV

Fato

Entre os meses de fevereiro e março, o *ICC* recuou 5,1 pontos, passando de 96,1 para 91,0 pontos, o menor valor desde outubro de 2018. O *índice da Situação Atual* caiu 1,5 ponto, de 78,1 para 76,6 pontos, e o *Índice das Expectativas* diminuiu 7,6 pontos de 109,0 para 101,4 pontos.



Fonte: FGV

Causa

No mês, no que se refere ao momento atual, destaca-se a piora no indicador que mede a *percepção da situação econômica*, com queda de 1,9 ponto para 83,5 pontos. O que mede a *percepção em relação às finanças familiares* diminuiu 1,1 ponto, para 70,3 pontos.

No que se refere às *expectativas*, o otimismo com a *situação econômica futura* recuou 8,3 pontos, para 118,3 pontos. O indicador que mede as *perspectivas futuras quanto à situação financeira das famílias nos meses seguintes* caiu 5,0 pontos, para 100,9 pontos.

Consequência

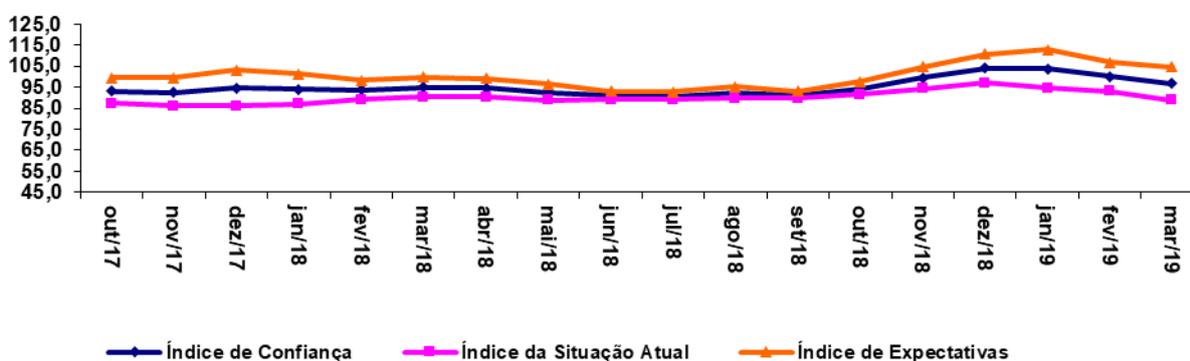
A *confiança do consumidor* volta a apresentar forte queda, decorrente, principalmente, do *lento ritmo de recuperação da economia*.

Atividade

Sondagem do Comércio (Março/2019) – FGV

Fato

Entre os meses de fevereiro e março, o **ICOM** recuou 3,2 pontos, passando de 100,0 para 96,8 pontos, o menor valor desde outubro de 2018. O índice da *Situação Atual* caiu 4,2 pontos, de 93,2 para 89,0 pontos, e o *Índice das Expectativas* diminuiu 2,2 pontos de 106,8 para 104,6 pontos.



Fonte: FGV

Causa

A queda no **ICOM** ocorreu em 9 dos 13 segmentos pesquisados e foi determinada, tanto pela piora no *Índice da Situação Atual* como no das *Expectativas*. Na avaliação trimestral, ocorreu alta na comparação com o trimestre anterior, porém condicionado pelas *Expectativas*.

Consequência

O comportamento do índice sugere uma revisão na percepção com relação às vendas. Para os próximos períodos a retomada do setor deve seguir em ritmo lento, sujeito a reavaliações.

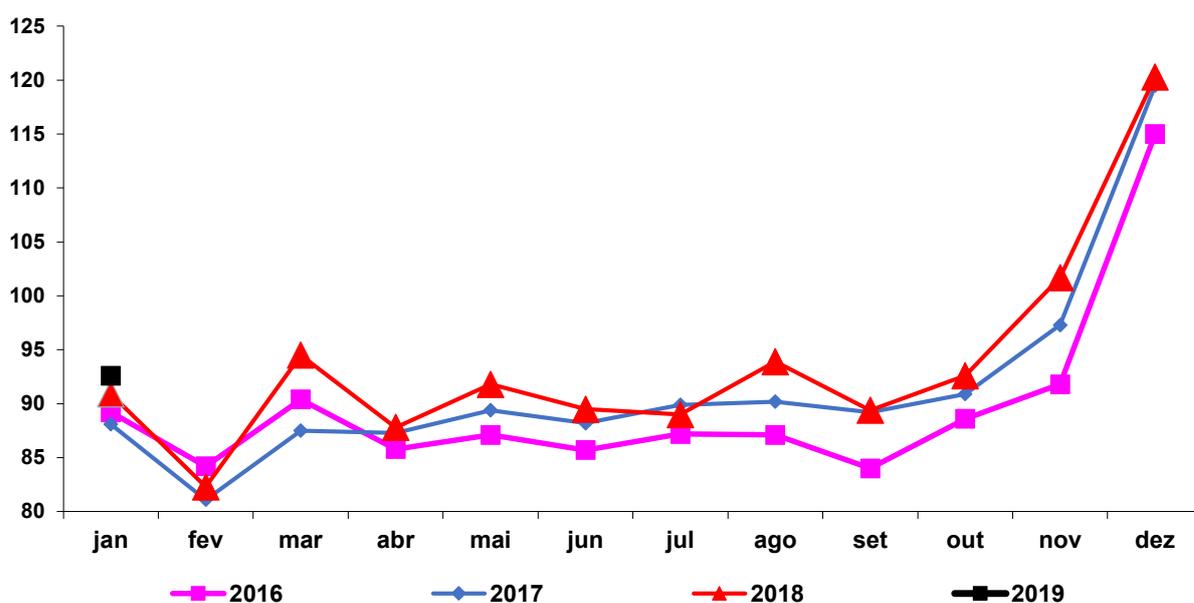
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Janeiro/2019) – IBGE

Fato

No mês de janeiro, o *volume de vendas do comércio varejista*, com *ajuste sazonal*, cresceu 0,4% em relação a dezembro e a *receita nominal* 0,8%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de 1,9% sobre janeiro de 2018 e 2,2% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 4,8% com relação à igual mês de 2018 e 5,0% no acumulado em doze meses.

No *comércio varejista ampliado*, no que se refere ao *volume de vendas*, houve avanço de 1,0% frente ao mês imediatamente anterior, crescimento de 3,5% frente a janeiro de 2018 e de 4,7% no acumulado em doze meses. No que tange a *receita nominal*, houve aumento de 1,4% frente ao mês imediatamente anterior, de 5,8% frente a janeiro de 2018 e de 6,9% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista, por tipos de índice (2014 = 100)

Causa

No confronto com janeiro de 2018, cinco das oito atividades apresentaram crescimento, os destaques, em termos de composição da taxa, foram para: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 2,2%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 6,4% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria, e cosméticos*, 7,2%. As atividades em queda foram: *Móveis e eletrodomésticos*, 2,8%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 27,3% e *Tecidos, vestuário e calçados*, 1,2%. No comércio varejista ampliado, ainda na comparação com o mesmo mês do ano anterior, as variações foram de 8,8% para *Veículos e motos, partes e peças*, e de 2,2% para *Material de construção*.

Consequência

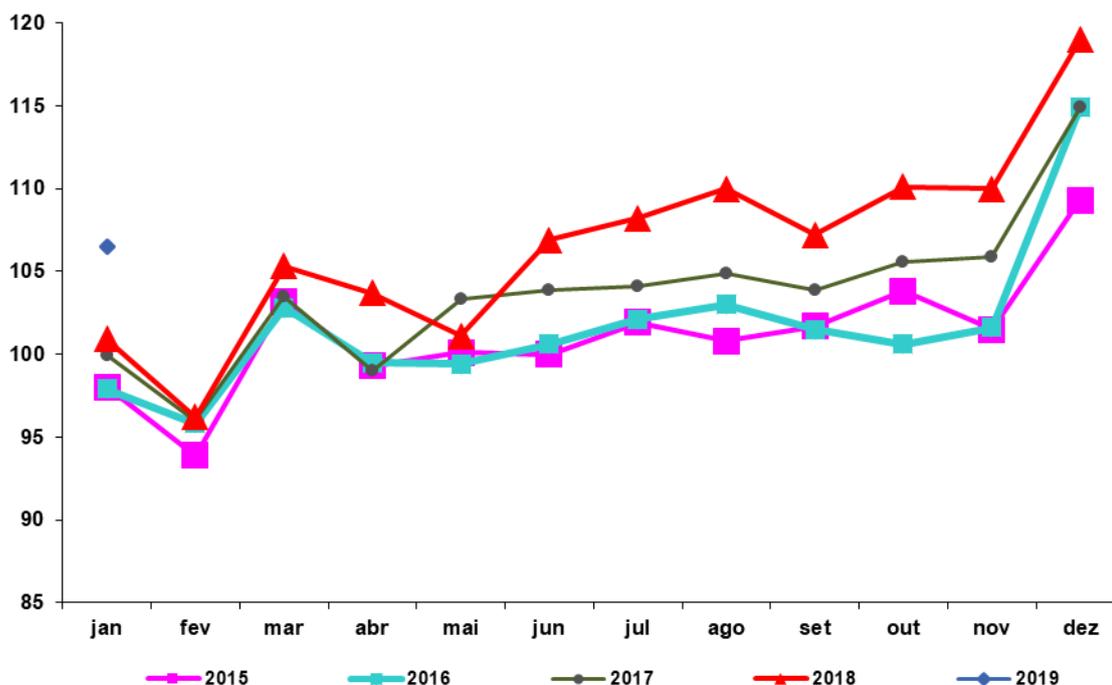
Os resultados do comércio varejista seguem apresentando indicadores positivos, em quase todas as comparações. Para os próximos períodos a atividade deve prosseguir em recuperação.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Janeiro/2019) – IBGE

Fato

No mês de janeiro frente a dezembro, o *volume do setor de serviços* teve queda de 0,3% e a *receita nominal* também recuou 0,3%. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior o *volume* cresceu 2,1% e no acumulado em doze meses 0,3%. A *receita nominal* cresceu 5,6% frente ao mesmo mês do ano anterior e 3,1% no acumulado dos últimos doze meses.



Fonte: IBGE

Índice de receita nominal de serviços (2014=100)

Causa

No confronto com janeiro de 2018, na série livre de influências sazonais, ocorreu expansão em quatro das cinco atividades, o segmento de *Serviços de Informação e Comunicação* apresentou o maior aumento 3,4%, seguido por *Serviços Prestados às Famílias* 4,5%, *Outros Serviços*, 5,8%, *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 0,9%. Por outro lado, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares* apresentou recuo de 0,5%.

Consequência

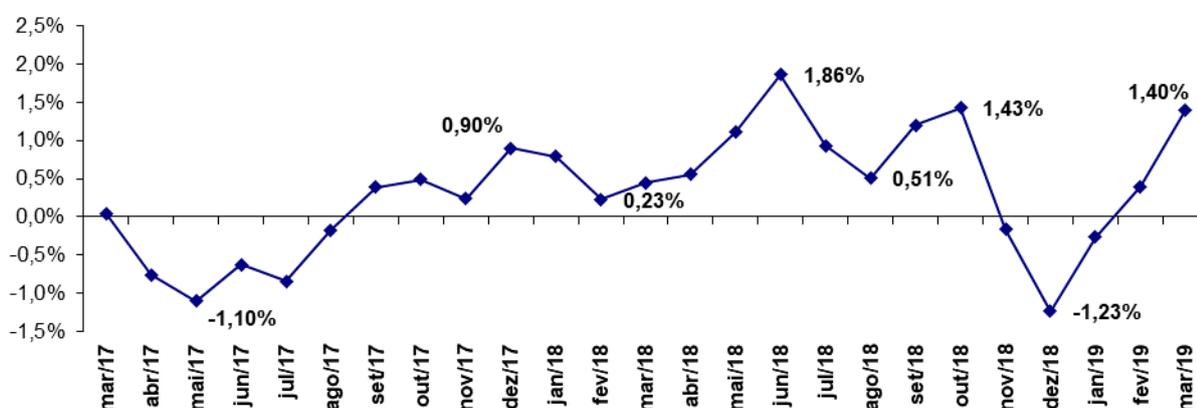
O segmento de *serviços* segue refletindo a *crise econômica*, a *queda da massa salarial* e a *inflação*, devendo ser retomada a recuperação nos próximos meses.

Inflação

IGP-10 (Março/2018) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação de 1,40% em março, aumentando 1,00 p.p. com relação a fevereiro. No acumulado em doze meses a variação é de 7,99%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de março, dentre os componentes do IGP, o IPA, avançou 1,53 p.p., apresentando variação de 1,93%, neste, a maior aceleração foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, 2,62 p.p., com variação de 3,60%, contribuiu para a

maior variação os itens *soja, aves e leite in natura*. Os *Bens Finais* variaram 1,97%, crescendo 1,48 p.p. frente a fevereiro, consequência de maior variação no subgrupo *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* registraram avanço de 0,68 p.p., com variação de 0,54%, decorrente da maior variação nos *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC** teve aceleração de 0,10 p.p., com o grupo *Alimentação* sendo o principal responsável pelo aquecimento do índice, neste grupo destacou-se o comportamento do item *hortaliças e legumes*. Os grupos *Transportes, Vestuário e Saúde e Cuidados Pessoais* também apresentaram elevação de *índice de preços*. O **INCC** teve desaquecimento de 0,34 p.p., com menor variação em *Materiais e Equipamentos, Serviços e Mão de Obra*.

Consequência

Em março o índice voltou a apresentar avanço. Para os próximos meses a expectativa é de retomada na *tendência de desaquecimento*, fruto ainda da *recessão econômica*.

Inflação

IGP-M (Março/2019) – FGV

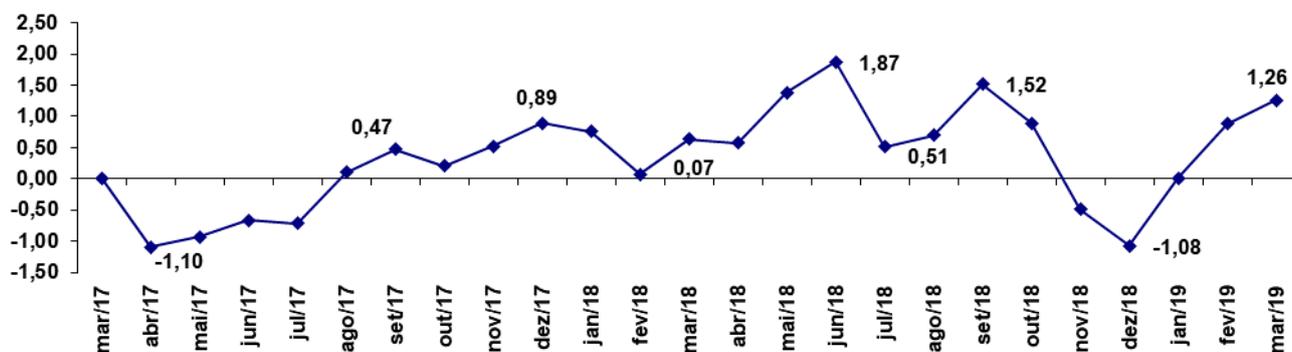
Fato

O **IGP-M** de março registrou variação de 1,26%, 0,38 p.p. acima da variação de fevereiro. Em doze meses o acumulado é de 8,27%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** apresentou aceleração de 0,45 p.p., com variação de 1,67%. Neste componente destacou-se o grupo dos *Bens Intermediários*, com avanço de 1,22 p.p. frente ao mês anterior, e variação de 0,87%, sendo o principal responsável pela aceleração o subgrupo *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais*, com variação de 1,93%, apresentaram aumento na taxa de variação em 0,74 p.p. em decorrência da maior variação dos preços dos *combustíveis para consumo*. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram variação 0,90 p.p. menor, chegando a 2,33%, sendo os principais responsáveis pelo desaquecimento: *minério de ferro, leite in natura e cana-de-açúcar*.

O **IPC** teve aceleração de 0,32 p.p., atingindo 0,58%. A principal contribuição para o acréscimo partiu do grupo *Transportes*. Nesta classe de despesa vale citar o comportamento do item *gasolina*. Também tiveram aumento nas variações: *Alimentação, Vestuário, Educação, Leitura e Recreação e Saúde e Cuidados Pessoais*. O **INCC** permaneceu estável com relação ao mês anterior, apresentando variação de 0,19%, com maior variação em *Materiais e Equipamentos* 0,15 p.p. e menor variação em *Serviços*, 0,34 p.p. e em *Mão de Obra*, 0,05%.



Fonte: FGV

Consequência

Este é o terceiro aumento consecutivo, porém com menor intensidade. Para os próximos meses as expectativas são de retomada em uma trajetória de acomodação.

Inflação

IGP-DI (Fevereiro/2018) – FGV

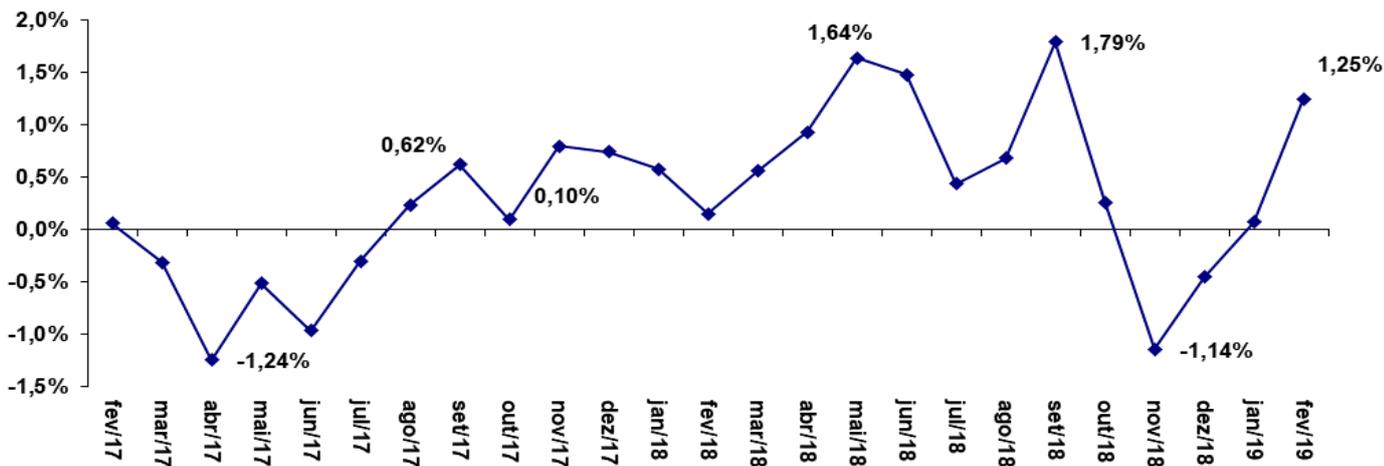
Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação 1,25% em fevereiro, acelerando 1,18 p.p. ante a *inflação* registrada em janeiro. Em doze meses a variação foi de 7,73%.

Causa

No mês, o **IPA** teve aceleração de 1,98 p.p. com variação de 1,79%, motivado principalmente pelo aquecimento nas *Matérias-Primas Brutas*, 4,23 p.p. com destaque para *minério de ferro, soja e leite in natura*. Os *Bens Finais* tiveram aquecimento de 1,45 p.p., com aumento mais expressivo em *alimentos in natura*. Nos *Bens Intermediários* houve aquecimento de 0,69 p.p., sendo os principais responsáveis por este movimento *combustíveis e lubrificantes para a produção*.

O **IPC** desacelerou 0,22 p.p., chegando a 0,35%, com as contribuições mais relevantes para a desaceleração provenientes do grupo *Educação, Leitura e Recreação*, com destaque para *cursos formais*. Também apresentaram recuo *Comunicação, Despesas Diversas e Transportes*. O **INCC** teve variação diminuída em 0,40 p.p., com recuo em *Materiais e Equipamentos, Serviços e em Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

Nos últimos três meses o índice vem apresentando aquecimento, principalmente em decorrência do aumento nos preços das *commodities*. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade nesta trajetória.

Inflação

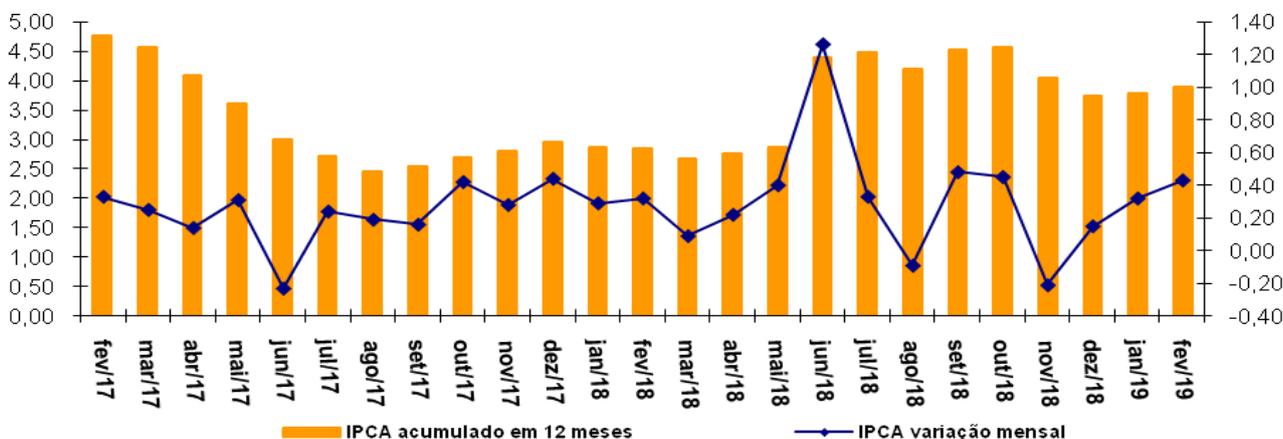
IPCA (Fevereiro/2019) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,43% em fevereiro, 0,11 p.p. acima da variação de janeiro. O índice acumulado em doze meses é de 3,89%, superior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 3,78%. Em **Curitiba** o índice acelerou 0,16 p.p., registrando variação de 0,18%, chegando a 3,22% em doze meses.

Causa

A variação registrada no mês se deve principalmente ao grupo *Alimentação e Bebidas*, que atingiu 0,78% e teve impacto de 0,19 p.p. no **IPCA**, este movimento foi decorrente de aumento nos preços do grupamento *alimentação no domicílio*, impulsionado principalmente pelas altas em *feijão-carioca, batata-inglesa, hortaliças e leite longa vida*. O segundo maior impacto no **IPCA**, 0,17 p.p., veio do grupo *Educação*, com variação de 3,53%.



Fonte: IBGE

Consequência

Pelo terceiro mês consecutivo o *IPCA* apresentou aceleração. Para os próximos meses a expectativa é de acomodação.

Inflação

IPCA - 15 (Março/2019) – IBGE

Fato

O *IPCA – 15* registrou variação de 0,54% em março, 0,20 p.p. acima do registrado em fevereiro. Nos últimos doze meses o acumulado é de 4,18% e no ano, 1,18%. **Em Curitiba a variação foi de 0,34%**, 0,19 p.p., superior a de fevereiro, acumulando 0,41% no ano e 3,51% em doze meses.

Causa

No mês o aquecimento foi fortemente influenciado pelos grupos *Alimentação e Bebidas* e *Transporte*. O primeiro com variação de 1,28% e impacto de 0,32 p.p., decorrente principalmente de aumentos em *feijão-carioca*, *batata-inglesa*, *frutas* e *leite longa vida*. O segundo foi influenciado pelo item *passagem aérea, etanol, gasolina* e *ônibus urbanos*.

Consequência

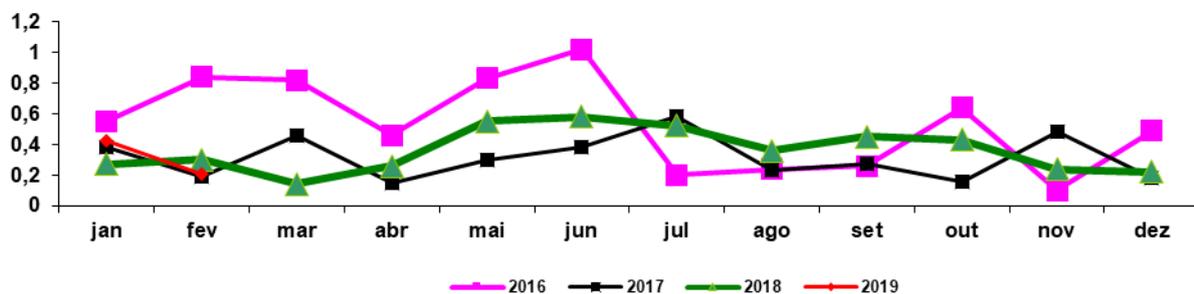
Apesar do aumento no mês a *inflação* segue em patamar comportado, sendo esperado, para os próximos meses, retomada no arrefecimento.

Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Fevereiro/2019) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,21% em fevereiro, 0,21 p.p. abaixo da variação de janeiro. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.118,60, em janeiro, para R\$ 1.120,99 em fevereiro sendo R\$ 583,63 relativos aos *materiais* e R\$ 537,36 à *mão-de-obra*. No **Estado do Paraná**, a variação mensal foi de 0,08% e em doze meses 4,75%, chegando o *custo por metro quadrado* a R\$ 1.134,20.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,55%, 0,36 p.p. acima do índice de janeiro e a componente *mão-de-obra* apresentou variação negativa de 0,15%, caindo 0,83 p.p. frente ao mês anterior.

Os *custos regionais*, por metro quadrado, foram: R\$ 1.171,12 no Sudeste, R\$ 1.124,34 no Norte, R\$ 1.128,33 no Centro-Oeste, R\$ 1.162,51 no Sul e R\$ 1.040,67 no Nordeste.

Consequência

O índice mantém comportamento de acomodação. Em março, decorrente do reajuste salarial em alguns Estados, o índice deverá apresentar maior aceleração, o que irá se repetir com intensidade maior em maio, como consequência do *dissídio* da categoria em São Paulo.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Janeiro/2019) – IBGE

Fato

O *IPP* apresentou variação negativa de 1,05% em janeiro, ficando, portanto 0,51 p.p. menos negativo do que no mês anterior e 1,52 p.p. superior à variação de janeiro de 2018. No acumulado em 12 meses o índice atingiu 7,99%.

Causa

No mês, onze das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações negativas foram em *indústrias extrativas, outros produtos químicos, fumo e madeira*. Em termos de influência no resultado global, sobressaíram-se as variações positivas em *indústrias extrativas, outros produtos químicos, alimentos e metalurgia*.

Consequência

A queda nos preços registrada no mês deve se configurar em menor *pressão inflacionária*, sendo esperada alguma aceleração para os próximos períodos.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Fevereiro/2019) - BACEN

Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3,241 bilhões em fevereiro. A relação entre o *crédito total e o PIB* recuou 0,1 p.p. frente ao mês anterior, chegando a 47%. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* atingiu 25,0% a.a., com avanço de 0,3 p.p. no mês e recuo de 1,8 p.p. em doze meses e a *taxa de inadimplência* caiu 0,05 p.p. chegando a 2,9%.

Causa

O *volume total das operações de crédito* em fevereiro apresentou expansão de 0,3% no mês e de 5,5% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.752 bilhões, crescendo 0,5% no mês e 11,5% com relação a fevereiro de 2018. No segmento de *pessoa jurídica*, houve aumento de 0,6% no mês e 10,6% em doze meses, chegando a R\$ 791 bilhões, destacando-se as expansões nos *aquisição de veículos, antecipação de faturas de cartão e operações do comércio exterior*. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* aumentaram 0,4% e 12,2% em doze meses, chegando a R\$ 962 bilhões, com avanços significativos em *crédito pessoal e financiamentos de veículos*.

No *crédito direcionado* não houve variação no mês e em doze meses foi observada queda de 0,7%, chegando a R\$ 1.489 bilhões. Esse desempenho resultou de decréscimo mensal de 0,6% e nos financiamentos a *pessoas jurídicas*, e aumento de 0,5% no saldo referente a *pessoas físicas*, somando R\$ 636 bilhões e R\$ 853 bilhões, respectivamente. No segmento de *pessoas físicas* destacou-se o crescimento no *crédito imobiliário*.

As *taxas médias geral de juros* apresentaram avanço de 0,3 p.p. no mês e recuo de 1,8 p.p. em doze meses. Considerando apenas o *crédito livre*, o custo médio situou-se em 38,5%, com altas de 0,8 p.p. no mês e queda de 3,6 p.p. em doze meses. Para *pessoa física* a *taxa média de juros* no crédito livre atingiu 53,2% a.a., com alta de 1,9 p.p. no mês e recuo de 4,4 p.p. no ano. No segmento de *pessoas jurídicas* a taxa chegou a 19,7% com recuos de 0,7 p.p. no mês e 2,5 p.p. em doze meses.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* atingiu 2,9%, registrando recuo de 0,05 p.p. no mês e de 0,52 p.p. em doze meses. A *taxa de inadimplência* relativa a *pessoas físicas* situou-se em 3,3% e para *pessoas jurídicas* 2,4%.

Consequência

O volume total de crédito vem aos poucos retomando intensidade, para os próximos períodos o indicador deverá seguir nesta trajetória, não devendo, todavia, ocorrer maiores sobressaltos.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Fevereiro/2019) - BACEN

Fato

Em fevereiro, as *Transações Correntes* registraram *superávit* de US\$ 283 milhões. As *reservas internacionais no conceito caixa* aumentaram US\$ 1,3 bilhão, totalizando US\$ 377,0 bilhões e a *dívida externa* bruta somou US\$ 675,8 bilhões, com aumento de US\$ 1,5 bilhão em relação à posição de dezembro de 2017.

Causa

Em doze meses, o *saldo da conta de transações correntes* foi negativo em US\$ 7,8 bilhões. A *conta capital e financeira* registrou entrada líquida de US\$ 4,7 milhões, destacando-se no mês, os *ingressos líquidos em investimentos diretos no país*, US\$ 4,7 bilhões. A *conta de serviços* registrou *déficit* de US\$ 2,5 bilhões, 4,6% superior ao observado no mesmo mês em 2017. A movimentação das *reservas*, durante o mês foi consequência, principalmente, do *retorno de recursos em operações de linha com recompra e a receita de remuneração da carteira*.

Consequência

O *déficit em transações correntes* que gerava muita preocupação no passado recente tem demonstrado recuo nos últimos períodos, mitigado principalmente pelo *superávit comercial*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Fevereiro/2019) - BACEN

Fato

Em fevereiro, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 14,9 bilhões, acumulando no ano *superávit* de R\$ 32 bilhões. Em doze meses o resultado é de *déficit* de R\$ 105,8 bilhões. O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 45 bilhões, acumulando R\$ 479,2 bilhões (6,95% do PIB), em doze meses. O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 30,1 bilhões, no mês e R\$ 373,4 bilhões, 5,42% do PIB em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.752,8 bilhões (54,4% do PIB). A *dívida bruta do governo geral* alcançou R\$ 5.336,5 bilhões, elevando-se 0,1 p.p. do PIB, atingindo 77,4%.

Causa

Na composição do *déficit primário* no mês, o *Governo Central* teve *déficit* de R\$ 20,6 bilhões. Por outro lado, os *governos regionais* e as *empresas estatais* tiveram *superávits* de R\$ 4,8 bilhões e R\$ 832 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em fevereiro, houve expansão de R\$ 1,7 bilhão em relação ao total apropriado no mesmo mês do ano anterior.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve estabilidade na comparação com o mês anterior. Na comparação anual, a relação teve aumento de 0,3 p.p., influenciada principalmente pela *valorização cambial* e *incorporação dos juros*.

Consequências

O *resultado primário do setor público* segue apresentando *déficits*. Preocupa o crescimento na *relação Dívida/PIB* e a falta de perspectiva de uma alteração do quadro no curto prazo.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2019-2023

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2019	2,03	6,44	3,70	3,89
2020	2,75	7,56	3,77	3,95
2021	2,63	7,86	3,79	3,83
2022	2,62	7,78	3,84	3,72
2023	2,51	7,71	3,90	3,71

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 22/03/2019 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL - FEVEREIRO 2009-2019

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2009	25,07	-1,08	13,18	0,84	38,00
2010	28,47	-1,32	11,98	0,69	39,81
2011	26,7	-1,2	11,36	0,62	37,48
2012	25,27	-1,14	10,52	0,54	35,19
2013	22,73	-1,37	10,62	0,59	32,57
2014	20,58	-1,27	10,45	0,58	30,35
2015	22,04	-1,58	11,13	0,71	32,31
2016	26,99	-3,77	12,17	0,89	36,27
2017	37,48	-2,81	11,66	0,89	47,22
2018	42,08	-2,87	11,89	0,92	52,02
2019	44,15	-2,99	12,42	0,87	54,44

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – FEVEREIRO/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	30.979	70,33	44.045	25,95	119.378	2,13	1.453.284
DESLIGAMENTOS	27.382	71,67	38.203	27,08	101.124	2,14	1.280.145
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	677.256	70,02	967.265	26,01	2.603.794	1,76	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	154.704	72,06	214.681	23,56	656.665	1,88	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	3.597		5.842		18.254		173.139

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – FEVEREIRO /2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.617	8,21	44.045	3,03	119.378	0,25	1.453.284
DESLIGAMENTOS	2.955	7,73	38.203	2,92	101.124	0,23	1.280.145
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	88.517	9,15	967.265	3,4	2.603.794	0,23	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.959	6,97	214.681	2,28	656.665	0,18	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	662		5.842		18.254		173.139

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – FEVEREIRO/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.844	4,19	44.045	1,54	119.378	0,13	1.453.284
DESLIGAMENTOS	1.775	4,65	38.203	1,76	101.124	0,14	1.280.145
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.024	3,83	967.265	1,42	2.603.794	0,1	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.713	2,66	214.681	0,87	656.665	0,07	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	69		5.842		18.254		173.139

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) -ABR/2018 – MAR/2019

DIA	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	JAN/19	FEV/19	MAR/19
1			77.239,75		79.301,65		78.623,66	88.419,05				94.603,75
2	84.666,44	84.547,09		72.839,74	79.636,69		81.612,28			91.012,31		
3	84.623,46	83.288,14		73.667,76	81.434,98	76.192,74	83.273,40		89.820,09	91.564,25		
4	84.359,69	83.118,03	78.596,06	74.743,12		74.711,80	82.952,81		88.624,45	91.840,79	98.588,63	
5	85.209,66	82.714,43	76.641,72	74.553,06		75.092,27	82.321,52	89.598,16	89.039,80		98.311,20	
6	84.820,42		76.117,22	75.010,39	81.050,76	76.416,02		88.668,92	88.846,49		94.635,57	94.216,87
7			73.851,46		80.346,53			87.714,35	88.115,08	91.699,05	94.405,59	94.340,17
8		82.956,05	72.942,07		79.151,70		86.083,92	85.620,14		92.031,86	95.343,10	95.364,85
9	83.307,23	84.265,49			78.767,99		86.087,55	85.641,22		93.613,04		
10	84.510,36	85.861,20		74.862,38	76.514,36	76.436,36	83.679,12		85.914,71	93.805,93		
11	85.245,59	85.220,24	72.307,77	74.398,55		74.656,51	82.921,08		86.419,58	93.658,31	94.412,91	98.026,62
12	85.443,53		72.754,13	75.856,23		75.124,81		85.524,70	86.977,46		96.168,40	97.828,03
13	84.334,41		72.122,14	76.594,36	77.496,46	74.686,68		84.914,11	87.837,59		95.842,40	98.903,88
14		85.232,18	71.421,19		78.602,12	75.429,10		85.973,06	87.449,51	94.474,13	98.015,09	98.604,67
15		85.130,42	70.757,73		77.077,50		83.359,77			94.055,72	97.525,91	99.136,74
16	82.861,58	86.536,97		76.652,59	76.818,72		85.717,57	88.515,27		94.393,07		
17	84.086,13	83.621,95		78.130,30	76.028,51	76.788,86	85.763,96		86.399,68	95.351,09		
18	85.776,46	83.081,88	69.814,74	77.362,64		78.313,97	83.847,12		86.610,50	96.096,75	96.509,89	99.993,92
19	85.824,26		71.394,34	77.486,84		78.168,66	84.219,75	87.900,84	85.673,53		97.659,15	99.588,37
20	85.550,09		72.123,41	78.571,29	76.327,89	78.116,02			85.269,30		96.544,81	98.041,37
21		81.815,32	70.074,90		75.180,40	79.444,29		87.268,80	85.697,16	96.009,77	96.932,27	96.729,08
22		82.738,88	70.640,65		76.902,31		85.596,70	87.477,44		95.103,38	97.885,60	93.735,15
23	85.602,50	80.867,29		77.996,12	75.633,77		85.300,04	86.230,23		96.558,42		
24	85.469,08	80.122,31		79.154,99	76.262,24	77.984,19	83.063,56			97.677,19		
25	85.044,39	78.897,66	70.952,97	80.218,05		78.630,15	84.083,51				97.239,90	93.662,01
26	86.383,20		71.404,59	79.405,34		78.656,16	85.719,88	85.546,51	85.136,11		97.602,50	95.306,82
27	86.444,66		70.609,01	79.866,11	77.929,69	80.000,09		87.891,18	85.460,21		97.307,31	91.903,40
28		75.355,84	71.766,53		77.473,18	79.342,43		89.250,83	87.887,27	95.443,88	95.584,35	94.388,940
29		76.071,97	72.762,52		78.388,84		83.796,71	89.709,57		95.639,33		95.414,55
30	86.115,50	76.753,61		80.275,60	76.404,10		86.885,71	89.504,03		96.996,21		
31				79.220,44	76.677,53		87.423,55			97.393,74		
MÍNIMO	82.861,58	75.355,84	69.814,74	72.839,74	75.180,40	74.656,51	78.623,66	84.914,11	85.136,11	91.012,31	94.405,59	91.903,40
MÁXIMO	86.444,66	86.536,97	78.596,06	80.275,60	81.434,98	80.000,09	87.423,55	89.709,57	89.820,09	97.677,19	98.588,63	99.993,92

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–MAR/2019

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
DEZ/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
DEZ/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
DEZ/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
DEZ/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
DEZ/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
DEZ/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
DEZ/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
DEZ/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
DEZ/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
DEZ/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
DEZ/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
DEZ/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
DEZ/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
DEZ/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
DEZ/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
DEZ/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
DEZ/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
JAN/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
FEV/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
MAR/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
ABR/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
MAI/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
JUN/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
JUL/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
AGO/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
SET/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
OUT/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
NOV/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
DEZ/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
JAN/18	72,47	79,72	1.163,73	39,32	28,30
FEV/18	65,42	89,02	1.263,78	39,07	29,23
MAR/18	65,53	88,21	1.326,18	42,40	36,45
ABR/18	69,32	87,22	1.413,59	47,15	37,65
MAI/18	68,39	90,88	1.490,00	54,95	38,94
JUN/18	71,34	86,51	1.450,92	62,88	38,47
JUL/18	77,98	86,32	1.432,98	59,95	35,43
AGO/18	78,46	87,63	1.435,45	56,84	36,87
SET/18	79,86	93,58	1467,24	52,91	37,58
OUT/18	80,93	92,15	1.417,65	49,11	33,81
NOV/18	80,40	92,31	1.371,70	49,91	33,57
DEZ/18	79,41	92,62	1.338,85	51,09	33,97
JAN/19	80,77	106,22	1.306,58	54,19	35,27
FEV/19	82,74	127,20	1.254,75	53,99	35,88
MAR/19	81,88	118,35	1.264,08	55,20	35,46

FONTE: IPEA; CONAB; IEA-SP; SEAB-PR.

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672
AGO/18	3.697.483	2.639.313	76.677	0	25.965	8.110
SET/18	3.728.770	2.671.198	79.342	0	26.458	8.046
OUT/18	3.771.919	2.916.773	87.423	700	25.116	7.306

NOV/18	3.772.958	2.977.960	89.504	0	25.538	7.331
DEZ/18	3.809.240	2.894.364	87.887	0	23.327	6.635
JAN/19	3.859.708	3.218.298	97.393	0	25.000	7.282
FEV/19	3.873.544	3.136.722	95.584	3.600	25.916	7.533

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2019
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.849.631.130	0,00	3.286.435.601	0,00	1.546.619
1998	4.217.015.109	-13,04	4.037.993.209	22,87	170.406
1999	3.930.561.564	-6,79	3.686.335.922	-8,71	233.169
2000	4.379.503.505	11,42	4.679.233.086	26,93	-299.729.581
2001	5.312.332.713	21,30	4.897.792.513	4,67	414.540.200
2002	5.694.804.727	7,20	3.316.953.439	-32,28	2.377.851.288
2003	7.151.159.118	25,57	3.484.908.970	5,06	3.666.250.148
2004	9.389.420.770	31,30	4.019.935.825	15,35	5.369.484.945
2005	10.015.182.847	6,66	4.516.231.442	12,35	5.498.951.405
2006	9.995.494.251	-0,20	5.966.627.723	32,12	4.028.866.528
2007	12.328.950.313	23,35	9.014.788.594	51,09	3.314.161.719
2008	15.215.715.407	23,41	14.551.915.577	61,42	663.799.830
2009	11.196.293.394	-26,42	9.581.197.028	-34,16	1.615.096.366
2010	14.138.446.875	26,28	13.896.179.543	45,04	242.267.332
2011	17.360.038.340	22,79	18.730.595.657	34,79	-1.370.557.317
2012	17.670.729.653	1,79	19.386.402.825	3,50	-1.715.673.172
2013	18.209.358.888	3,05	19.323.866.589	-0,32	-1.114.507.701
2014	16.309.278.456	-10,43	17.280.528.871	-10,57	-971.250.415
2015	14.905.716.333	-8,61	12.441.616.141	-28,00	2.464.100.192
2016	15.169.664.013	1,77	11.091.546.509	-10,85	4.078.117.504
2017	18.078.720.982	19,18	11.516.626.302	3,83	6.563.848.374
2018	20.040.889.000	10,85	12.370.168.000	7,41	7.670.721.000
FEV/2019	2.175.583.871	-4,25	1.895.507.378	10,88	280.076.493,00

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2019
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91
2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	66.989.724.045	40,60
2018	239.889.170.206	10,17	181.230.568.862	20,22	58.658.601.344	-12,44
FEV/2019	34.906.459.500	1,36	29.007.845.206	1,38	5.898.614.294	1,30

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2012/2019 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	566,1	2.202,4	10,0	2.778,5	750,0	1.330,0	698,5
	2018/19	665,1	2.575,4	5,0	3.245,5	720,0	1.450,0	1.075,5
Arroz em casca	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.024,3	1.064,7	711,6
	2017/18	625,8	11.449,9	1.200,0	13.275,7	11.900,0	800,0	575,7
	2018/19	610,8	10.636,2	1.300,0	12.547,0	11.300,0	900,0	347,0
Feijão	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	178,6	3.170,6	130,0	3.479,2	3.200,0	120,0	159,2
	2018/19	237,4	3.075,1	150,0	3.462,5	3.100,0	120,0	242,5
Milho	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	13.287,7	90.409,2	400,0	104.096,9	62.500,0	31.000,0	10.596,9
	2018/19	14.322,5	92.807,5	500,0	107.630,0	62.500,0	31.000,0	14.130,0
Soja em grãos	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	670,3	118.238,6	400,0	119.308,9	43.500,0	75.000,0	808,9
	2018/19	746,3	113.459,1	400,0	114.605,4	44.000,0	70.000,0	605,4
Farelo de Soja	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	911,3	31.185,0	2,0	32.098,3	17.000,0	14.000,0	1.098,3
	2018/19	1.441,5	32.340,0	1,0	33.782,5	17.200,0	14.400,0	2.182,5
Óleo de soja	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	218,1	7.897,5	41,0	8.156,6	6.700,0	1.100,0	356,6
	2018/19	424,3	8.190,0	40,0	8.654,3	7.200,0	1.100,0	354,3
Trigo	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	1.685,6	5.631,0	7.000,0	14.316,6	11.406,4	600,0	2.310,2

Fonte: CONAB – 3º levantamento, março 2019. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2019
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	119.281	35.149	3.394	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.600	2.672	5.545	1.508
2018/2019	113.459	35.819	3.168	32.125	9.700	16.145	5.429	11.060	3.478	8.336	2.816	5.060	1.557

Fonte: CONAB – 3º Levantamento, março 2019. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estimativa em março\ 2019.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,9	5,5	5,6	3	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,3	3,7	3,7
África do Sul	5,3	5,6	5,4	3,2	-1,5	3	3,3	2,2	2,5	1,8	1,3	0,6	1,3	0,8
Alemanha	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,7	0,6	2,2	1,5	2,2	2,5	1,9
Argentina	8,9	8	9	4,1	-5,9	10,1	6	-1	2,4	-2,5	2,7	-1,8	2,9	-2,6
Bolívia	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,1	6,8	5,5	4,9	4,3	4,2	4,3
Brasil	3,2	4	6,1	5,1	-0,1	7,5	4	1,9	3	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1
Canadá	3,2	2,6	2,1	1	-2,9	3,1	3,1	1,7	2,5	2,9	1	1,4	3	2,1
Chile	5,7	6,3	4,9	3,6	-1,6	5,8	6,1	5,3	4,1	1,8	2,3	1,3	1,5	4
China	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6
Colômbia	4,7	6,8	6,8	3,3	1,2	4,3	7,4	3,9	4,6	4,7	3	2	1,8	2,8
Coréia do sul	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	2,9	3,3	2,8	2,9	3,1	2,8
Equador	5,3	4,4	2,2	6,4	0,6	3,5	7,9	5,6	4,9	3,8	0,1	-1,2	2,4	1,1
Estados Unidos	3,5	2,9	1,9	-0,1	-2,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9
França	1,7	2,4	2,4	0,3	-2,9	1,9	2,2	0,3	0,6	1	1	1,1	2,3	1,6
Índia	9,3	9,3	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	5,5	6,4	7,4	8,2	7,1	6,7	7,3
Indonésia	5,7	5,5	6,3	7,4	4,7	6,4	6,2	6	5,6	5	4,9	5	5,1	5,1
Itália	0,9	2	1,5	-1,1	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	0,1	1	0,9	1,5	1,2
Japão	1,7	1,4	1,7	-1,1	-5,4	4,2	-0,1	1,5	2	0,4	1,4	1	1,7	1,1
México	2,3	4,5	2,3	1,1	-5,3	5,1	3,7	3,6	1,4	2,8	3,3	2,9	2	2,2
Paraguai	2,1	4,8	5,4	6,4	-0,3	11,1	4,2	-0,5	8,4	4,9	3,1	4,3	4,8	4,4
Peru	9	7,1	5	0,8	-4,7	8,5	11,1	4,8	8,5	5,2	6,1	3,2	7,4	3,5
Reino Unido	3,1	2,5	2,5	-0,3	-4,2	1,7	1,6	1,4	2	2,9	2,3	1,8	1,7	1,4
Rússia	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,5	5,1	3,7	1,8	0,7	-2,5	-0,2	1,5	1,7
Tailândia	4,2	5	5,4	1,7	-0,7	7,5	0,8	7,2	2,7	1	3	3,3	3,9	4,6
Uruguai	6,8	4,1	6,5	7,2	4,2	7,8	5,2	3,5	4,6	3,2	0,4	1,7	2,7	2
Venezuela	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,3	-3,9	-6,2	-16,5	-14	-18

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,1	4,1	4,3	6,3	2,7	3,7	5,0	4,1	3,7	3,2	2,8	3,0	3,9	3,8
África do Sul	3,4	4,6	7,2	11,0	7,1	4,3	5,0	5,6	5,8	6,1	4,6	6,3	5,3	4,5
Alemanha	1,9	1,8	2,3	2,8	0,2	1,1	2,5	2,1	1,6	0,8	0,1	0,4	1,7	1,4
Argentina	9,6	10,9	8,8	8,6	6,3	10,5	9,8	10,0	10,6	0,8	0,1	0,4	25,7	47,1
Bolívia	5,4	4,3	6,7	14,0	3,3	2,5	9,9	4,5	5,7	5,8	4,1	3,6	2,8	1,51
Brasil	6,9	4,2	3,6	5,7	4,9	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4	3,7
Canadá	2,2	2,0	2,1	2,4	0,3	1,8	2,9	1,5	0,9	1,9	1,1	1,4	1,6	2,0
Chile	3,1	3,4	4,4	8,7	1,5	1,4	3,3	3,0	1,9	4,4	4,3	3,8	2,2	2,6
China	1,8	1,5	4,8	5,9	-0,7	3,3	5,4	2,6	2,6	2,0	1,4	2,0	1,5	1,9
Colômbia	5,1	4,3	5,5	7,0	4,2	2,3	3,4	3,2	2,0	2,9	5,0	7,5	4,3	3,1
Coréia do Sul	2,2	2,5	4,7	2,8	2,9	4,0	2,2	1,3	1,3	0,7	1,0	2,8	...	1,3
Equador	2,2	3,3	2,3	8,4	5,2	3,6	4,5	5,1	2,7	3,6	4,0	1,7	0,4	0,2
Estados Unidos	3,4	3,2	2,9	3,8	-0,3	1,6	3,1	2,1	1,5	1,6	0,1	1,3	2,1	1,9
França	1,9	1,9	1,6	3,2	0,1	1,7	2,3	2,2	1,0	0,6	0,1	0,3	1,0	1,2
Índia	4,4	6,7	6,2	9,1	10,6	9,5	9,5	10,0	9,4	5,8	4,9	4,5	3,3	2,1
Indonésia	10,5	13,1	6,7	9,8	5,0	5,1	5,3	4,0	6,4	6,4	6,4	3,5	3,8	2,8
Itália	2,2	2,2	2,0	3,5	0,8	1,6	2,9	3,3	1,2	0,2	0,1	-0,1	1,2	0,9
Japão	-0,3	0,3	0,1	1,4	-1,3	-0,7	-0,3	-0,1	0,3	2,8	0,8	-0,1	0,5	0,3
México	4,0	3,6	4,0	5,1	5,3	4,2	3,4	4,1	3,8	4,0	2,7	2,8	6,0	4,8
Paraguai	6,8	9,6	8,1	10,2	2,6	4,7	8,3	3,7	2,7	5,0	3,1	4,1	3,6	3,2
Peru	1,6	2,0	1,8	5,8	2,9	1,5	3,4	3,7	2,8	3,2	3,5	3,6	2,8	2,1
Reino Unido	2,1	2,3	2,3	3,6	2,2	3,3	4,5	2,8	2,6	1,5	0,0	0,7	2,6	2,1
Rússia	12,7	9,7	9,0	14,1	11,7	6,9	8,4	5,1	6,8	7,8	15,5	7,0	3,7	4,3
Tailândia	4,5	4,7	2,2	5,5	-0,8	3,3	3,8	3,0	2,2	1,9	-0,9	0,2	0,7	0,3
Uruguai	4,7	6,4	8,1	7,9	7,1	6,7	8,1	8,1	8,6	8,9	8,7	9,6	6,2	7,4
Venezuela	16,0	13,7	18,7	31,4	26,0	28,2	26,1	21,1	43,5	57,3	111,8	254,4	1087,5	1.698.488

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.